

Portugueses constituem «lobby» para a democracia em Moçambique

Criar pontes para o diálogo entre a Renamo e a Frelimo com vista à pacificação e democratização de Moçambique é o propósito do Movimento para a Paz e Democracia em Moçambique, cujo manifesto foi quarta-feira divulgado em Lisboa.

Que em Moçambique seja reconhecido o pluralismo, respeitados os direitos e liberdades do homem e aceites os princípios das eleições livres e sufrágio universal são metas deste movimento, que recolheu já as assinaturas de individualidades como Freitas do Amaral, Lucas Pires, Eurico de Melo e João Soares, entre outros.

Não acreditam que as remodelações governamentais sejam suficientes para resolver os problemas concretos do povo moçambicano.

À legislação que incentiva o investimento estrangeiro e aceita a liberalização económica chamam de «paliativo» que pode levar os próprios governantes a «criar a convicção de que se pode chegar à paz sem resolver as questões essenciais».

«Isso não acontecerá porque temos a certeza de

que uma das partes beligerantes, e a maioria do povo moçambicano, não aceitará soluções que não pensem pela democracia pluralista», comentou António Rebelo de Sousa, um dos promotores do movimento, aludindo à Renamo.

São do PS, PSD e CDS, bem como da UGT, a maior parte das individualidades que aderiu ao Movimento para a Paz e Democracia em Moçambique, embora todos aleguem que «dão a cara» a título meramente pessoal.

Do PCP só Carlos Pitucas Antunes assinou o manifesto, mas individualmente, já que é dissidente do partido.

A ausência de comunistas no movimento deve-se, segundo António Rebelo de Sousa, à «falta de receptividade, embora se tenham registado contactos informais, que acabaram por não dar frutos».

Para Rui Oliveira e Costa, dirigente do PS e da UGT, a não participação de elementos da CGTP deve-se a questões ideológicas, pois, afirma, «embora defendam a democracia para a Nicarágua, não a desejam nem para o Leste nem para África».